

## **ESTÁGIO DE OBSERVAÇÃO EM PSICOLOGIA ESCOLAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

JULIA TEIXEIRA BANDEIRA<sup>1</sup>; LETÍCIA SILVA DA SILVA<sup>2</sup>;

MARIANE LOPEZ MOLINA<sup>3</sup>:

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – [juliateixeira857@gmail.com](mailto:juliateixeira857@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – [leticia.silva.04@outlook.com](mailto:leticia.silva.04@outlook.com)

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – [mariane.molina@ufpel.edu.br](mailto:mariane.molina@ufpel.edu.br)

### **1. INTRODUÇÃO**

A Psicologia Escolar e Educacional é uma das áreas de especialidade reconhecidas pelo Conselho Federal de Psicologia, voltada à aplicação dos saberes e intervenções da Psicologia no campo da educação e no processo de ensino-aprendizagem (BRASIL, 2022). Desde 2019, a Lei Federal 13.935 determina que as redes públicas de educação básica devem contar com profissionais da Psicologia e do Serviço Social, reforçando a importância do trabalho multiprofissional no cuidado integral do sujeito. Porém, ainda existem inúmeros desafios para sua efetiva implementação.

A discussão sobre políticas públicas em educação tornou-se possível porque a Psicologia Escolar e Educacional passou a ser questionada em suas bases epistemológicas e finalidades. Nos anos 80, uma das principais críticas referia-se às práticas individualizantes e reducionistas que caracterizavam sua atuação. A partir desse debate, as pesquisas na área ampliaram seu horizonte, passando a considerar o espaço escolar e suas relações de maneira mais ampla e situada, incluindo toda a comunidade escolar (CFP, 2019). Contudo, a psicologia no contexto escolar ainda é marcada pelo estigma de práticas individuais e normatizadoras.

Nesse contexto, o psicólogo escolar é chamado a atuar também na promoção da educação inclusiva, contribuindo para modificar as práticas historicamente excludentes de pessoas com deficiência da escola regular, espaço comum de aprendizagem. Para isso, é fundamental criar espaços de diálogo e reflexão coletiva sobre os preconceitos e barreiras atitudinais e arquitetônicas presentes no cotidiano escolar, ressaltando as potencialidades dos sujeitos em vez de aquilo que lhes falta. Assim, esse estudo justifica-se pela importância de promover espaços de reflexão, no meio acadêmico, acerca do papel da psicologia escolar, como modo de ampliar os saberes dessa área da psicologia desde o período de formação.

Dessa forma, o presente trabalho tem por objetivo apresentar o relato de experiência resultante da disciplina de Estágio Básico III, ênfase em Psicologia Escolar, referente ao quinto semestre do curso de graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pelotas.

### **2. ATIVIDADES REALIZADAS**

O estágio compreendeu uma carga horária total de 12 horas de observações em campo, realizadas em dupla, complementadas por reuniões semanais de supervisão e orientação acadêmica, às quartas-feiras, das 20h40 às 22h. Na primeira metade do semestre, os encontros foram destinados a seminários para discussão de temas em Psicologia Escolar, apresentados semanalmente pelos

acadêmicos que compunham a turma com mediação da professora. A segunda parte destinou-se às apresentações das observações realizadas nos locais de estágio e discussões a respeito dos aspectos vivenciados pelos alunos. Além disso, algumas supervisões foram reservadas para orientações sobre a escrita do relatório. O estágio curricular básico III, realizado no quinto semestre, teve como objetivo central possibilitar atuação profissional do aluno na área enfatizada (UFPEL, 2013), além de promover reflexões sobre o papel da Psicologia Escolar e sua contribuição para a construção de práticas educacionais mais inclusivas e críticas. No caso observado, foi possível compreender a importância de um psicólogo escolar a partir de sua ausência.

As atividades de estágio foram desenvolvidas em uma escola municipal de Pelotas, localizada no bairro Fragata, que atende alunos da educação infantil (pré-escolar 1 e 2), ensino fundamental (do 1º ao 9º ano) e educação de jovens e adultos (EJA), funcionando nos três turnos. Quanto à acessibilidade no local, o único recurso observado foi uma rampa localizada na entrada. A escolha dessa instituição considerou a familiaridade de uma das acadêmicas com o local. As estagiárias foram muito bem recebidas e acolhidas pela equipe, embora sua chegada tenha sido marcada por comentários que carregam o estigma histórico de práticas individualistas e normatizadoras da psicologia. Inicialmente, o objetivo da dupla era observar a EJA; todavia, a coordenadora pedagógica sugeriu acompanhar o Atendimento Educacional Especializado (AEE), setor no qual a escola se destaca por ser uma das únicas na cidade a oferecer 60 horas semanais de atendimento.

A partir disso, a realização deste estágio ocorreu através de observações do AEE, cujo serviço caracteriza-se como um conjunto de atividades com o objetivo de eliminar barreiras para a participação plena dos estudantes na escola, a partir do entendimento de suas necessidades específicas (BRASIL, 2008). Seu público-alvo é determinado pelo Decreto nº 7611/2011, compreendendo estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação. Vale destacar que o serviço do AEE funciona como uma complementação ou suplementação do ensino regular, não podendo ser substitutivo às atividades realizadas em sala de aula (BRASIL, 2011).

Assim, as visitas foram organizadas em quatro encontros entre junho e julho de 2025, acompanhando a professora do turno da manhã (8h30–11h30); ao fim de cada período, as acadêmicas registravam suas observações em um diário de campo compartilhado. No primeiro dia, assistiram a uma palestra para o 8º ano, ministrada por um agroecólogo, doutorando em Antropologia pela UFPEL e líder quilombola. O evento foi uma iniciativa tanto do professor de História quanto da professora do AEE, a fim de contemplar conteúdos estudados em sala de aula a partir do relato de uma vivência concreta, além de se mostrar uma atitude de inclusão, ao abrir espaço para saberes não hegemônicos. Em seguida, foi apresentada a sala de recursos multifuncionais, espaço reservado para os atendimentos, com mobiliário e materiais adequados para as atividades pedagógicas.

Na segunda e terceira visitas, foi possível acompanhar a rotina de atendimentos da professora, um deles realizado em sala de aula. Por fim, no quarto encontro, realizou-se uma entrevista semiestruturada com a profissional. As perguntas, baseadas em um roteiro disponibilizado pela supervisora acadêmica e adaptadas pelas estagiárias ao contexto observado, visaram contemplar aspectos relevantes para o trabalho desenvolvido. A conversa aconteceu na sala do AEE e teve duração aproximada de 1h25min.

Diante das observações e da entrevista realizada, destaca-se que a profissional acompanhada mostrou-se bem situada, sensível e crítica quanto ao seu papel e às questões sociais, além de reconhecer a necessidade e a importância de um psicólogo escolar. Entretanto, fatores como desvalorização da profissão docente, recursos insuficientes, falta de intersetorialidade entre escola, serviço social e saúde, assim como a ausência de coletividade entre os professores e de redes de apoio, resultam em sobrecarga funcional e emocional, frequentemente observada e relatada. Conforme apontam AGUIAR et al. (2024), o esgotamento mental docente repercute negativamente na qualidade do ensino e da aprendizagem, configurando um ciclo vicioso.

Isso acontece porque, em contextos de precarização, características fundamentais para o desenvolvimento do exercício docente, como o caráter interativo, o teor artesanal e o cuidado, são comprometidas (CAMPOS; VIEGAS, 2021). Além disso, a ausência de colaboração e compartilhamento de experiências entre colegas de trabalho intensifica o isolamento e o hiperindividualismo (AGUIAR et al., 2024). Esse desgaste compromete a capacidade de interação e de apoio a alunos e familiares. Nesse cenário, reflete-se que um psicólogo escolar interviria mediando as relações que constituem o ambiente escolar, facilitando as comunicações entre os agentes da comunidade e promovendo a democracia e a coletividade. Além disso, deve socializar os saberes da Psicologia voltados ao contexto educacional e comprometer-se com a formulação e controle de políticas públicas voltadas à educação de qualidade e a condições dignas de trabalho para professores e demais profissionais (CFP, 2019).

Assim, seria possível aliviar a sobrecarga e o desamparo vivenciados pela professora, mitigando os impactos negativos que o contexto de precarização exerce sobre sua saúde e potencializando sua prática, que, mesmo em meio a diversas dificuldades, já se mostra transformadora.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A experiência do estágio de observação em psicologia escolar foi uma oportunidade ímpar para compreender dinâmicas e desafios, especialmente no contexto educacional inclusivo. Observou-se que a falta de psicólogos no ambiente escolar potencializa as dificuldades enfrentadas pelos educadores. Essa realidade evidencia a importância de sua atuação, não apenas como suporte docente, mas também como agente na promoção de um ambiente democrático e inclusivo, problematizando os dispositivos de opressão naturalizados na sociedade.

Além disso, foi possível comprovar que a presença da psicologia na escola ainda é marcada pelo estigma de práticas reducionistas e patologizantes, de modo que o profissional, ao se inserir na área, precisa primeiro conquistar seu espaço e desmistificar essa imagem. Posteriormente, seu compromisso ético com a coletividade é atuar nas relações que atravessam o ambiente escolar, sustentando questionamentos e fomentando a diversidade de modos de ser.

Por fim, como lição central do trabalho desenvolvido, ressalta-se a compreensão de que a educação demanda um trabalho interdisciplinar e interdependente, apoiado por uma postura colaborativa entre profissionais da educação e da psicologia.

### **4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AGUIAR, G. A. de et al. SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES EM CONTEXTOS DE PRECARIZAÇÃO: PERSPECTIVAS SOBRE A EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, Curitiba, v. 13, n. 2, p.1–16, 2024.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. Resolução CFP nº 23, de 13 de outubro de 2022. Institui condições para concessão e registro de psicóloga e psicólogo especialistas; reconhece as especialidades da Psicologia e revoga as Resoluções CFP nº 13/2007, nº 3/2016 e nº 18/2019. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2022.

BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008.

CAMPOS, M. F. de; VIEGAS, M. F. SAÚDE MENTAL NO TRABALHO DOCENTE: um estudo sobre autonomia, intensificação e sobrecarga. **Cadernos de Pesquisa**, v. 28, n. 2, p. 417–437, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA – CFP. **Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na educação básica**. Edição Revisada. Brasília, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – UFPel. **Manual de regulamentação dos estágios básicos e específicos**. Curso de Psicologia, 2013.